

Ata da 44ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Contagem do ano dois mil e vinte. Aos quinze dias do mês de dezembro, realizou-se a quadragésima quarta reunião ordinária, remota, devido à decorrência da pandemia da Covid-19 e de acordo com o Decreto 1929 de 8 de dezembro de 2020. Após cumprimentar a todos, o presidente Daniel Carvalho realizou a chamada dos vereadores, estando todos presentes, virtualmente. Em seguida, o presidente Daniel Carvalho fez a leitura do Capítulo 1, Versículos 28 a 32, narrado por São Mateus, da Bíblia Sagrada. Na sequência, foi votada e aprovada a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Logo após, foram lidas as correspondências recebidas e encaminhadas à Diretoria Legislativa para as providências de praxe, a saber: Ofício 201/2020 – Solicita a retirada de tramitação, em caráter definitivo, do Projeto de Lei Complementar nº 011/2020, de autoria do Poder Executivo; Ofício nº 289/2020 – Liberação, a pedido do prefeito Alexis de Freitas, de recursos no valor de quatro milhões de reais para a construção de uma UPA – Unidade de Pronto Atendimento, de autoria do Deputado Federal Eduardo Barbosa; Ofício nº 202/2020, encaminhado ao presidente Daniel Carvalho, que se refere a abertura, por meio do Decreto nº 1934 de 9 de dezembro 2020 crédito extraordinário visando suplementação orçamentária de dotação da ação de governo denominada “Enfrentamento de Emergência ao COVID-19”, que cumpre o disposto no Artigo 44 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, que dispõe de os créditos extraordinários que serão abertos por decreto do Poder Executivo, devendo esse ser imediatamente enviado ao Poder Legislativo para conhecimento, de autoria do prefeito Alexis de Freitas. Na sequência, não havendo projetos a serem lidos, foram votados e aprovados, por unanimidade, os Requerimentos nºs 1701 a 1723/2020; Indicações nºs 2086 a 2098/2020, apresentados pelos vereadores, inclusive as matérias destacadas, a saber: Requerimento nº 1701/2020 – “Requer aos órgãos competentes que prestem esclarecimentos quanto à situação dos profissionais de saúde responsáveis pelos atendimentos na UPA JK e UBS-PEROBAS de Contagem, sobretudo o quantitativo de médicos e enfermeiros bem como a escala de trabalho de tais profissionais, tendo em vista reclamações de falta de médicos nas UPAS e UBS, já que segundo relatos de usuários do SUS, mesmo pernoitando nas Unidades de Saúde, não conseguem atendimento, tendo que se deslocar para BH em busca de atendimento”, de autoria do presidente Daniel Carvalho; Requerimento nº 1712/2020 – “Requer ao Secretário Municipal de Saúde informações sobre a câmara fria do município utilizada para armazenamento de imunobiológicos”, de autoria do vereador Vinícius Faria; Indicação nº 2094/2020 – “Solicita estudo de viabilidade para o retorno do ecoponto para o bairro Praia”, de autoria do vereador Alex Chiodi. Passando à discussão e votação de projetos, foi votado e aprovado, o Parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 010/2020- que “Dispõe sobre a adequação das alíquotas de contribuição ordinária devidas ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Contagem (RPPS)”, de autoria do Poder Executivo, com 19(dezenove) votos pela aprovação e 1(um) voto pela rejeição, do vereador Daniel (do Irineu). Em Primeiro Turno, foi votado e aprovado, o Projeto de Lei Complementar nº 010/2020, de autoria do Poder Executivo, com 17(dezessete) votos pela aprovação e 2(dois) votos pela rejeição, dos vereadores Daniel (do Irineu) e Wellington (ortopedista). Na sequência, foi votado e aprovado, por unanimidade, o Parecer e em Primeiro Turno, o Projeto de Lei Complementar nº 012/2020, que “Altera a Lei n.º 1.611, de 30 de dezembro de 1983, que institui o Código

Tributário do Município de Contagem”, de autoria do Poder Executivo. Em seguida, foi votado e aprovado, por unanimidade, o Parecer e em Primeiro Turno, o Projeto de Lei Complementar nº 001/2020 – “que reduz cargos de Assessor Parlamentar, previstos na Lei Complementar n.º 200, de 18 de janeiro de 2016”, de autoria da Mesa Diretora desta Casa Legislativa. Foi, ainda, votado e aprovado, por unanimidade, o Parecer e em Primeiro Turno, o Projeto de Lei n.º 037/2020 que “Fica instituído a Capoeira como patrimônio imaterial no município de Contagem”, de autoria do Vereador Alexandre Xexeu. Em Segundo Turno e em Redação Final, foram votados e aprovados, os seguintes projetos: Projeto de Lei Complementar nº 009/2020, “Altera a Lei Complementar n.º 247, de 29 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo, aprovado, por unanimidade, com o acréscimo de uma Emenda de Liderança. Na sequência, foi pedido vista, pelos vereadores Daniel (do Irineu), Rogério (Marreco) e outros vereadores ao Projeto de Lei nº 021/2020, de autoria do Poder Executivo. Foi, ainda, votado e aprovado, no Parecer e em Primeiro Turno, as Emendas de nºs 001 a 006/2020, de autoria da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, ao Projeto de Lei nº 025/2020, de autoria do Poder Executivo, com o voto contrário do vereador Vinícius Faria. Na sequência, foi votado e aprovado, em Segundo Turno e em Redação Final o Projeto de Lei nº 025/2020, que “Autoriza doação do imóvel, com encargos, à empresa SIGAFER Ltda”, de autoria do Poder Executivo, com o acréscimo de seis emendas, acima aprovadas. Esse projeto recebeu o voto contrário do vereador Vinícius Faria. Receberam parecer conclusivo da Comissão de Administração e Serviços Públicos, os seguintes projetos: Projeto de Lei n.º 047/2020, que “Denomina Unidade Municipal de Educação Infantil “UMEI Francisco Leite Murta”, a UMEI do Bairro Colonial, neste Município”, de autoria do Vereador Dr. Rubens Campos, também assinado por vários vereadores, convertendo-se na Proposição de Lei nº 054/2020; Projeto de Lei n.º 048/2020, que “Denomina praça situada entre as “Ruas José Tavares dos Santos e Arthur Cedro”, de “Praça Europa”, no Bairro Europa, neste Município”, de autoria do Vereador Daniel Carvalho, convertendo-se na Proposição de Lei nº 055/2020; Projeto de Lei n.º 049/2020, que “Declara de Utilidade Pública a “Associação Tempo de Deus”, com sede neste Município”, de autoria da Vereadora Silvinha (Dudu), convertendo-se na Proposição de Lei nº 056/2020; Projeto de Lei n.º 050/2020, que “Declara de Utilidade Pública o “Instituto de Solidariedade Vida e Saúde,” com sede neste Município”, de autoria do Vereador Ivayr Soalheiro, convertendo-se na Proposição de Lei nº 057/2020; Projeto de Lei n.º 051/2020, que “Denomina logradouro Público que menciona, neste Município”, de autoria do Vereador Jair Tropical, convertendo-se na Proposição de Lei nº 058/2020; Projeto de Lei n.º 052/2020, que “Denomina praça pública que menciona, neste município”, de autoria do Vereador Bruno Barreiro, convertendo-se na Proposição de Lei nº 059/2020; Projeto de Lei n.º 053/2020, que “Denomina “Unidade Municipal de Educação Infantil – UMEI Lúcio de Abreu” para “Unidade Municipal de Educação Infantil – UMEI Professor Orlando Diniz”, neste Município”, de autoria do Vereador Alex Chiodi, convertendo-se na Proposição de Lei nº 060/2020; Projeto de Lei n.º 054/2020, que “Declara de Utilidade Pública a “Exitus Instituto Socioambiental”, com sede neste Município”, de autoria do Vereador José Carlos Gomes, convertendo-se na Proposição de Lei nº 061/2020; Projeto de Lei n.º 055/2020, que “Declara de Utilidade Pública a

“Associação Contagem Voluntária”, com sede neste Município”, de autoria do Vereador Daniel do Irineu, convertendo-se na Proposição de Lei nº 062/2020. Finalizando os trabalhos, foi convocada a 45ª Reunião Ordinária, prevista para o dia 22 de dezembro, às 9:00 horas. Registrada a chamada final, persistiu a mesma do início. Nada mais havendo a tratar, o presidente declarou encerrada a reunião e, para constar, eu, Cláudio Santos Fontes, 1º Secretário, solicitei fosse lavrada a presente ata que, sendo lida, discutida e, se aprovada, será por mim e pelo presidente, assinada.